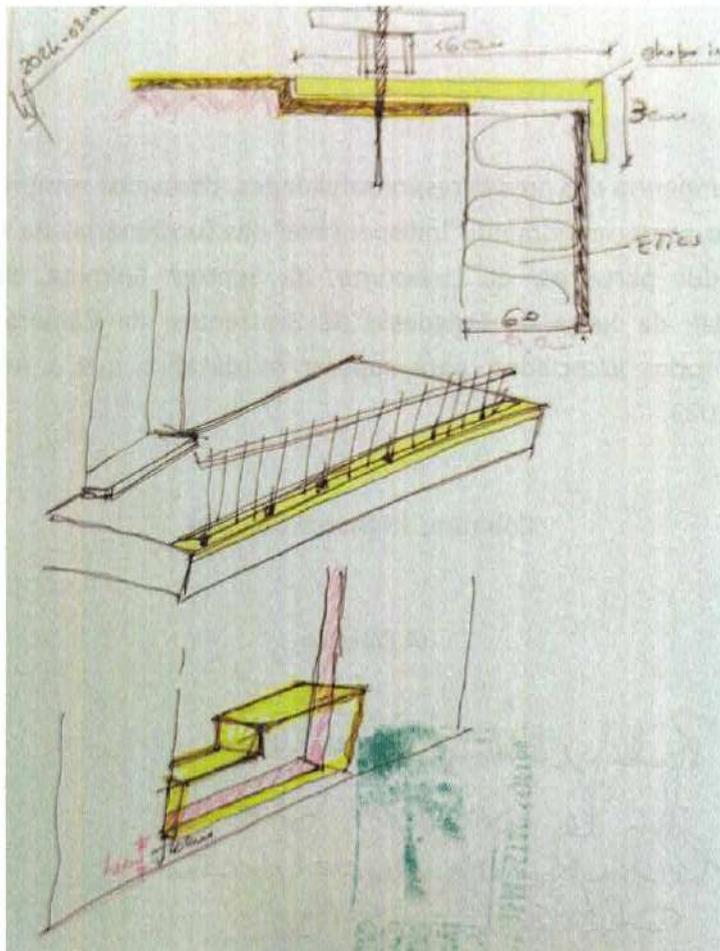




Centro de Bem Estar Social de Brasfemes

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten name]
B. Neves

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023



Handwritten notes and signatures in the top left corner, including "Baccy" and "Edite das Neves".



Durante o desempenho das nossas responsabilidades, contamos sempre com a valiosa colaboração e o comprometimento indispensável das funcionárias da Instituição, dos fornecedores, dos parceiros, da Lusaconta, da Septem Fulmina, do Instituto da Segurança Social, da Junta de Freguesia de Brasfemes, da Câmara Municipal de Coimbra e de todos associados, para superar os desafios que a nossa instituição enfrentou em 2023.

Coimbra, 13 Março de 2024

A Direção

Handwritten signatures of the management team, including names like "Paula de Almeida", "Ana de Almeida Silva", "Cristina Mendes de Almeida", "José António", "Mário Gomes Mendes Carlos Fernandes", and "Edite das Neves".



Centro de Bem Estar Social de Brasfemes, IPSS

Rua dos Descobrimentos, n.º 53

3020 542 Brasfemes

239 941 800

96 9831505 / 96 8930748

www.cebes.weebly.com

cebesbrasfemes@gmail.com

NIF: 503867225





Índice

Boce
6/15
Alves

Relatório de Gestão e Contas

1.	Apresentação	5
2.	Introdução	6
3.	Enquadramento	7
4.	Órgãos sociais	9
5.	Missão e valores	10
6.	Valências e protocolos	11
7.	Recursos Humanos	12
8.	Atividade sócio cultural	14
9.	Atividade associativa	15
10.	Análise da situação económica e financeira	16
11.	Balanço Individual	24
14.	Demonstração resultados por natureza	25
15.	Demonstração fluxos de caixa	26
16.	Anexo	27
17.	Parecer do Conselho Fiscal	43



Apresentação

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2023, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Instituição.

O relatório de gestão e contas do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes desempenha diversas funções e é de suma importância por várias razões:

- 1. *Transparência e Prestação de Contas:*** O relatório fornece informações detalhadas sobre as atividades do CEBES, incluindo sua gestão financeira e desempenho operacional. Isso ajuda a garantir transparência perante os associados, parceiros, financiadores, e a comunidade em geral, demonstrando como os recursos foram utilizados e os resultados alcançados.
- 2. *Avaliação da Eficiência:*** Permite que a direção e os órgãos deliberativos avaliem a eficiência e eficácia das operações do CEBES. Isso inclui a análise de custos, uso de recursos, impacto das atividades e a consecução dos objetivos estabelecidos.
- 3. *Tomada de Decisão Informada:*** O relatório fornece dados e informações essenciais para a tomada de decisões estratégicas. Com base nas análises financeiras e operacionais apresentadas, a direção e os restantes órgãos sociais podem identificar áreas que requerem melhorias, oportunidades de crescimento e ajustes nas políticas e programas da nossa instituição.
- 4. *Cumprimento Legal e Normativo:*** O CEBES está sujeito a regulamentos legais e normativos que exigem a apresentação de relatórios financeiros e operacionais. Cumprir essas exigências é fundamental para manter a legalidade e a credibilidade da instituição.
- 5. *Credibilidade e Confiança:*** Um relatório de gestão e contas bem elaborado e apresentado ajuda a fortalecer a credibilidade do CEBES junto dos seus associados, doadores, financiadores, voluntários e a comunidade em geral. Isso, por sua vez, contribui para a confiança nas atividades e na missão da instituição.

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Atividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2023 com o que foi efetivamente realizado pela direção em funções.

A Direção

Renée G. Neves



Introdução

Prezadas(os) associadas(os) do CEBES

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2023, do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes, um documento que reflete não apenas o desempenho financeiro da instituição ao longo do último ano, mas também marca um período de significativa evolução e progresso na nossa jornada.

Este relatório é especialmente significativo, pois destaca o início da construção da nossa desejada conquista: a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Este empreendimento representa um marco importante no nosso compromisso contínuo de servir a comunidade da Freguesia de Brasfemes, proporcionando um ambiente seguro, acolhedor e de qualidade para nossos idosos.

Além da realização física da ERPI, este período também foi marcado por uma preparação intensiva em termos administrativos, financeiros e de gestão de serviços. Reconhecemos que a implementação de uma nova estrutura como a ERPI exige não apenas infraestrutura física, mas também uma sólida base administrativa e financeira, bem como uma equipe de direção de serviços capacitada e preparada para atender às demandas crescentes e complexas que surgem com essa evolução.

Neste relatório, não apenas apresentamos os números e as finanças, mas também destacamos os esforços e investimentos feitos para garantir que a conclusão da construção da ERPI ocorra de forma eficiente e eficaz. Reconhecemos o apoio contínuo de nossos colaboradores, parceiros, autoridades locais e, é claro, da comunidade em geral, que desempenham um papel vital em todo esse processo.

À medida que avançamos para o futuro, comprometemo-nos a continuar a buscar a excelência em todos os aspetos de nosso trabalho, mantendo o foco na nossa missão de proporcionar um ambiente de cuidado e apoio para aqueles que mais precisam. Este relatório é um testemunho do nosso compromisso com a transparência, responsabilidade e progresso contínuo.

Agradecemos a todos que tornaram possível essa jornada emocionante e prometemos continuar a honrar a confiança e o apoio que nos foram concedidos.



Enquadramento

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) desempenham uma série de funções essenciais na sociedade, voltadas para o bem-estar e apoio aos mais vulneráveis. Algumas das principais funções incluem:

Apoio Social: Proporcionar apoio social e assistência direta a grupos em situação de vulnerabilidade, como idosos, crianças, pessoas com deficiência, sem-abrigo e famílias em situação de pobreza ou risco social.

Fornecimento de Serviços: Oferecer uma variedade de serviços e programas, como creches, centros de dia, lares de idosos, centros de acolhimento, reabilitação e reinserção social, entre outros, que visam atender às necessidades específicas dos grupos-alvo.

Integração Social: Promover a integração social e comunitária dos indivíduos em situação de vulnerabilidade, ajudando-os a participar ativamente na sociedade, desenvolver habilidades e relacionamentos saudáveis, e alcançar uma maior qualidade de vida.

Defesa dos Direitos: Defender os direitos e interesses dos grupos vulneráveis, advogando por políticas públicas e medidas que promovam a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o respeito pela dignidade humana.

Prevenção e Sensibilização: Desenvolver programas de prevenção e sensibilização sobre questões sociais importantes, como violência doméstica, abuso infantil, discriminação, saúde mental, entre outros, com o objetivo de prevenir situações de risco e promover uma cultura de solidariedade e respeito mútuo.

Colaboração e Parcerias: Trabalhar em colaboração com outras entidades públicas, privadas e do setor social para maximizar os recursos disponíveis, partilhar boas práticas e desenvolver soluções integradas e sustentáveis para os desafios sociais enfrentados pela comunidade.

Essas funções destacam o papel vital das IPSS na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, onde todos os cidadãos têm a oportunidade de viver com dignidade e plenitude.

Investir e manter instituições particulares de solidariedade social (IPSS) é fundamental por diversas razões:

Complementaridade do Estado: As IPSS complementam a ação do Estado na área social, preenchendo lacunas e respondendo a necessidades específicas da comunidade que podem não ser totalmente abordadas pelo setor público.

Proximidade e Conhecimento Local: As IPSS muitas vezes operam em nível local e têm um conhecimento profundo das necessidades e desafios enfrentados pela comunidade. Isso lhes permite fornecer serviços e apoio adaptados às necessidades locais.

Flexibilidade e Inovação: As IPSS são frequentemente mais ágeis e flexíveis do que as instituições governamentais, permitindo-lhes inovar e adaptar rapidamente os seus serviços para responder às mudanças nas necessidades da comunidade.

Promoção da Coesão Social: As IPSS desempenham um papel crucial na promoção da coesão social, ao reunir pessoas de diferentes origens e circunstâncias e proporcionar-lhes oportunidades de interação, apoio mútuo e inclusão.



Enquadramento

Desenvolvimento de Competências: As IPSS oferecem oportunidades para o desenvolvimento de competências e capacidades, tanto para os beneficiários dos seus serviços como para os voluntários e profissionais que nelas trabalham, contribuindo assim para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Redução da Pressão sobre o Estado: Ao assumir parte da responsabilidade na prestação de serviços sociais, as IPSS ajudam a aliviar a pressão sobre os recursos do Estado, permitindo-lhe concentrar-se em áreas prioritárias e investir de forma mais eficiente.

Promoção da Participação Cívica: As IPSS promovem a participação cívica e o voluntariado, incentivando os cidadãos a se envolverem ativamente na resolução de problemas sociais e a contribuir para o bem-estar da comunidade.

Em resumo, o investimento e a manutenção em IPSS são cruciais para promover a coesão social, a inclusão e a igualdade de oportunidades, além de aliviar a carga do Estado e fortalecer o tecido social da comunidade.





Órgãos sociais

Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	Acácio Antunes Monteiro
<i>1.º secretário</i>	Abel de Figueiredo Pardal
<i>2.º secretário</i>	Jorge Manuel Fernandes dos Santos

Direcção

<i>Presidente</i>	Paulo Jorge de Quadros Tenreiro
<i>Vice-Presidente</i>	Ana da Conceição Silva
<i>Secretária</i>	Cristina Maria Mendes de Carvalho
<i>Tesoureiro</i>	Vitor Manuel Silva Jorge
<i>Vogal</i>	Maria Graça Mendes Carlos Fernandes
<i>Vogal</i>	Vanda Maria de Almeida do Ó Melo
<i>Vogal</i>	Edite das Neves
<i>Suplente</i>	Maria Dulce Silva Correia
<i>Suplente</i>	José da Conceição Rocha
<i>Suplente</i>	Vânia Isabel Carvalho Jorge
<i>Suplente</i>	Jorge Edmar da Fonseca Santos

Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	Fernando António Santos Nabo
<i>Vogal</i>	Carla Cristina Andrade de Baião
<i>Vogal</i>	Vitor Agostinho Fernandes



Missão e Valores

A missão do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes (CEBES) é o cerne da sua existência, sendo o propósito fundamental que guia todas as suas ações e iniciativas. Em consonância com os valores de justiça, solidariedade e humanidade, o CEBES dedica-se incansavelmente à melhoria das condições de vida das pessoas que atende.

No âmago da sua missão encontra-se o compromisso inabalável com a promoção de um mundo mais justo e inclusivo, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de viver com dignidade e plenitude. Por meio de uma abordagem holística e centrada na pessoa, o CEBES trabalha arduamente para promover a inclusão social e o respeito pelos direitos humanos, independentemente das circunstâncias ou desafios enfrentados pela comunidade.

Compreendendo que cada pessoa é única e merecedora de cuidado e apoio individualizado, o CEBES procura não apenas satisfazer as necessidades básicas, mas também fomentar o desenvolvimento pessoal, social e emocional de cada indivíduo. Por meio de programas e serviços diversificados, a instituição busca capacitar e fortalecer aqueles que enfrentam adversidades, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para alcançarem uma vida mais plena e autónoma.

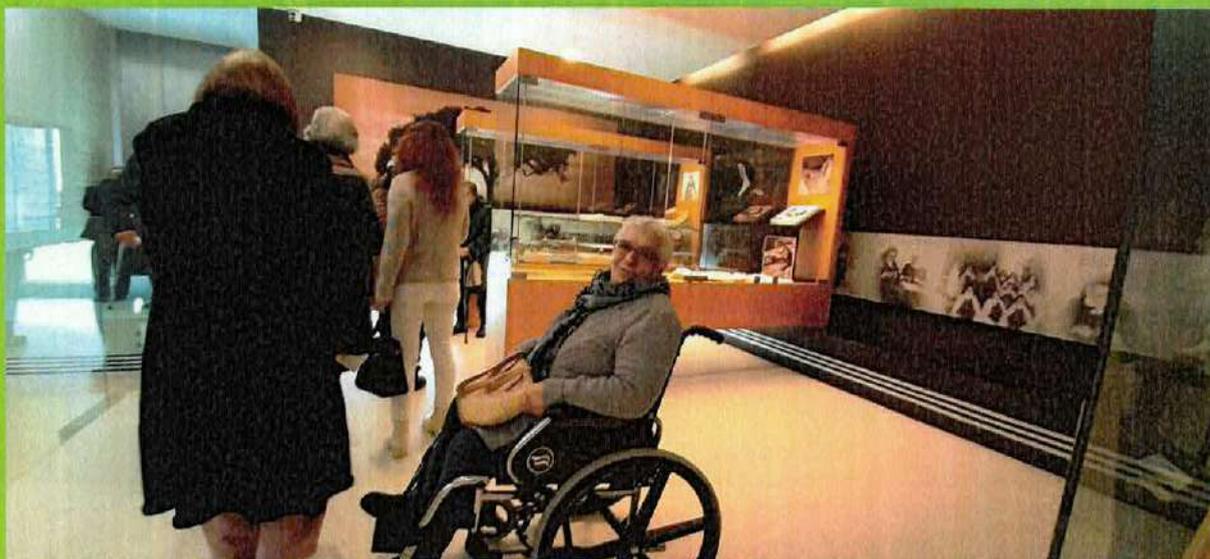
Neste contexto, a missão do CEBES transcende as fronteiras físicas da instituição, estendendo-se ao coração da nossa comunidade e além. Ao trabalhar em colaboração com parceiros, voluntários e membros da comunidade, o CEBES visa criar uma rede de apoio sólida e sustentável, capaz de promover mudanças positivas e duradouras na sociedade.

Assim, o CEBES reafirma o seu compromisso inabalável com a construção de um mundo mais justo, solidário e humano, onde todos tenham a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial e contribuir para o bem-estar coletivo.



Valências e protocolos

Valências e protocolos	Utentes
Centro de Dia	
Protocolo com o ISS	30 utentes
Serviço de Apoio Domiciliário	
Protocolo com o ISS	30 utentes
Centro de Atividades de Tempos Livres	
Protocolo com o ISS	20 utentes
Refeições Escolares: Confeção, empratamento e vigilância	
Protocolo com a Junta de Freguesia de Brasfemes	90 utentes
Comissão Social da Freguesia	
Protocolo com a Câmara Municipal de Coimbra e Junta de Freguesia de Brasfemes	20 famílias



Baccy
@-13- Eneves



Recursos humanos

Os recursos humanos são, sem dúvida, o principal ativo do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes. São as funcionárias e funcionários que dão vida à nossa instituição, desenvolvendo as atividades e prestando os serviços essenciais aos utentes. Reconhecemos plenamente a importância de contar com uma equipe qualificada, dedicada e motivada, que esteja alinhada com a nossa missão e comprometida com os nossos valores.

No CEBES, valorizamos profundamente o papel das nossas colaboradoras, reconhecendo que são elas quem fazem a diferença no dia-a-dia das pessoas que atendemos. Por isso, procuramos criar um ambiente de trabalho estimulante, onde todos se sintam valorizados, respeitados e motivados a dar o seu melhor.

Investimos na formação e no desenvolvimento profissional da nossa equipe, proporcionando oportunidades de aprendizagem e crescimento contínuo. Acreditamos que o conhecimento e as competências das nossas colaboradoras são fundamentais para garantir a qualidade e a eficácia dos nossos serviços.

Além disso, promovemos uma cultura organizacional baseada na colaboração, na solidariedade e no respeito mútuo. Encorajamos o trabalho em equipe e a partilha de ideias e experiências, reconhecendo que juntos somos mais fortes e capazes de enfrentar os desafios que se apresentam.

Mais do que simplesmente desempenhar funções, procuramos que cada membro da nossa equipa se identifique com a missão e os valores do CEBES, encontrando significado e realização no seu trabalho diário. Acreditamos que é esta dedicação e compromisso que nos permitem verdadeiramente fazer a diferença na vida das pessoas que servimos.





Recursos humanos

Quadro interno		Quadro externo	
Diretora Serviços/Diretora Técnica	1	Nutricionista	1
Assistente Social	1	Técnico de música	1
Encarregada Geral	1	Técnico de ginástica geriátrica	1
Chefe de Escritório	1		
Escriturária de 3.ª	1		
Animadora cultural	1		
Ajudante ação educativa 3.ª	1		
Cozinheira 1ª	1		
Cozinheira 3ª	1		
Ajudante de cozinha	1		
Ajudante ação direta 1ª	3		
Ajudante ação direta 2ª	2		
Ajudante ação direta 3ª	1		
Auxiliar serviços gerais	3		
Empregada refeitório	1		



Atividade Sócio Cultural

O trabalho do CEBES é direcionado para a pessoa enquanto ser único e individualizado, adequamos as nossas atividades às necessidades, gostos e preferências dos nossos utentes, com vista a promover as relações pessoais, o desenvolvimento de novas competências e melhoria da sua qualidade de vida.

O Centro de Atividades de Tempos Livres é um espaço onde são desenvolvidas atividades lúdicas e socioculturais. Este espaço é visto como um complemento educativo que deverá reforçar o processo de socialização da criança e das suas aprendizagens a par da escola.

O Plano de Atividades, proposto para as Respostas Sociais de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário, foi elaborado de acordo com as necessidades e capacidades dos nossos utentes, dividindo-os em dois grupos: utentes autónomos e utentes semiautónomos.

Nesta planificação não foram criados sub-planos com atividades diferentes para os utentes semiautónomos porque é nosso objetivo manter a coesão grupal, evitando a diferença entre os seus membros. Desta forma e existindo a possibilidade, considerou-se que ao efetuarmos as mesmas atividades com as necessárias adaptações, seria benéfico para todos e para a própria dinâmica em si.

O Plano de Atividades focou-se no tema “(Re) Descobrir Portugal”, pretendemos com este plano explorar e conhecer Portugal através das suas 12 Províncias. Cada mês vai corresponder a uma província reservando-se o mês de dezembro para a comemoração e representação do Natal na Instituição.

Pretendemos explorar as atividades socioculturais com as devidas tradições de cada região de Portugal, desde a gastronomia, cantares, lendas e costumes.

A finalidade deste plano é criar novas competências nos utentes e aproveitar os seus conhecimentos através da partilha de aprendizagens e sabedorias, estimular as capacidades criativas, a imaginação e o lúdico.

A ginástica geriátrica, três vezes por semana, continua a aliar a prática de movimentos com a boa disposição. Também os nossos sócios podem usufruir desta atividade e contamos cada vez mais com a sua participação.

Uma vez por semana proporcionamos aos nossos utentes de Centro de Dia um momento musical, onde reina a festa e animação. Os utentes são convidados a manusear instrumentos musicais e a acompanhar o professor a cantar temas tradicionais e populares da música portuguesa.

Sempre que possível promovemos atividades intergeracionais entre os utentes de Centro de Dia e as crianças do ATL, proporcionando partilha de ideias e costumes.

Continuamos a colaborar com várias entidades, entre as quais a Câmara Municipal de Coimbra e a Junta de freguesia de Brasfemes; com a Escola Superior de Enfermagem, o Centro de Saúde de Eiras e a Escola Superior da Tecnologia da Saúde de Coimbra; com os Bombeiros Voluntários de Brasfemes, a Associação Cultural de Vilarinho, o CRAC e a Diocese de Coimbra, com a EB1 e o Jardim de Infância de Brasfemes.

O CEBES pretende continuar a colaborar com os diversos organismos e associações sendo uma instituição aberta a novas ideias que permitam o nosso desenvolvimento enquanto entidade do Sector Social e Solidário.

Atividade Associativa

Os 387 sócios ativos desempenham um papel fundamental e insubstituível na vida do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes (CEBES). São eles que, por meio do seu envolvimento e participação ativa, contribuem significativamente para o sucesso e a sustentabilidade da nossa instituição. Reconhecemos profundamente o valor e a importância do compromisso dos nossos associados, cujo apoio é vital para cumprirmos a nossa missão de promover o bem-estar e a inclusão social na nossa comunidade.

Os nossos associados são pessoas que aderem voluntariamente à causa da nossa instituição, compartilhando dos seus valores e objetivos. Contribuem financeiramente, mas também oferecem o seu tempo, habilidades e conhecimentos para ajudar a nossa instituição em atividades e projetos.

Para manter uma comunicação eficaz e transparente com todos os nossos associados, o CEBES adota diversas estratégias de comunicação. Utilizamos os meios de comunicação digitais para manter os nossos associados informados sobre as atividades e os projetos desenvolvidos pela instituição.

Um dos principais canais de comunicação com os nossos associados é o boletim informativo mensal, onde partilhamos as últimas notícias, eventos, a situação financeira, o evoluir da construção da ERPI e outras informações relevantes relacionadas com o trabalho do CEBES. Este boletim é uma forma de manter todos os associados atualizados e envolvidos nas atividades da instituição, além de promover um sentido de comunidade e pertencimento.

Além do boletim informativo, também utilizamos o correio eletrónico e as redes sociais para comunicar com os nossos associados. Enviamos regularmente mensagens por e-mail com informações importantes e atualizações sobre as nossas atividades, bem como divulgamos eventos e campanhas nas redes sociais, proporcionando aos nossos associados várias oportunidades de se envolverem e participarem ativamente na vida do CEBES.

Através destes meios de comunicação, procuramos garantir que todos os nossos associados se sintam informados, ligados e valorizados como parte integrante da nossa instituição. Estamos sempre abertos ao diálogo e às sugestões dos nossos associados, pois acreditamos que a comunicação transparente e bidirecional é essencial para fortalecer os laços e promover uma relação de confiança e colaboração mútua.





Análise da situação económica e financeira

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Instituição, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

Estrutura dos Ativos

A estrutura da Instituição, bem como a sua evolução no exercício 2023, face ao balanço final à data de 31/12/2022, é a que a seguir se apresenta:

Quadro n.º 1
Estrutura e Evolução Patrimonial da Instituição

Descrição	Exercício 2023		Exercício 2022		Variação Valor
	Valor	%	Valor	%	
Ativo não corrente	786 592,24	42,03%	289 419,56	14,99%	497 172,68
Existências	2 229,80	0,12%	1 905,63	0,10%	324,17
Dividas de terceiros	1 022 063,34	54,61%	29 536,52	1,53%	992 526,82
Disponibilidades	57 657,82	3,08%	189 155,16	9,80%	-131 497,34
Diferimentos	3 059,38	0,16%	1 248,49	0,06%	1 810,89
Ativo	1 871 602,58	100,00%	511 265,36	26,49%	1 360 337,22
Fundo Social	1 553 779,36	98,79%	430 511,50	93,38%	1 123 267,86
Resultados	18 970,52	1,21%	17 802,66	3,86%	1 167,86
Fundos Próprios	1 572 749,88	100,00%	448 314,16	97,24%	1 124 435,72
Dívidas a terceiros - M/L prazo	225 000,00	75,29%	0,00	0,00%	225 000,00
Dívidas a terceiros - curto prazo	71 495,54	23,92%	58 614,78	3,99%	12 880,76
Diferimentos	2 357,16	0,79%	4 336,42	0,30%	-1 979,26
Passivo	298 852,70	100,00%	62 951,20	4,29%	235 901,50

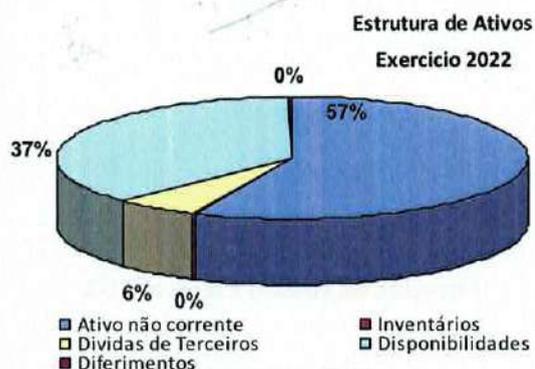
Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo aumentou cerca de 1.360 mil euros nesta época e os fundos próprios aumentaram cerca de 1.124 mil euros.

Erives
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nos Ativos Não Correntes e nas Disponibilidades.

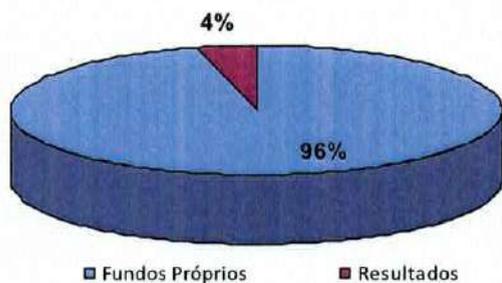
Figura n.º 1



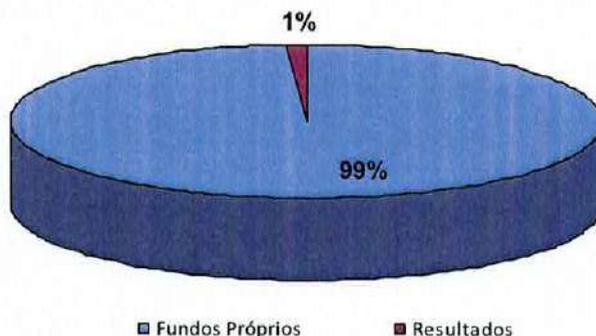
Estrutura dos Fundos Próprios

Figura n.º 2

Estrutura de Fundos Patrimoniais Exercício 2022



Estrutura de Fundos Patrimoniais Exercício 2023



À data de 31 de dezembro de 2023, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 1.572.749,88€. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos 18 970,52€.



Estrutura do Passivo

O Passivo da Instituição resume-se a dívidas a terceiros com 296 mil euros e diferimentos com 1.172 mil euros (onde se encontra registado o subsídio para a construção da ERPI).

Figura n.º 3

Estrutura do Passivo Exercício 2022



Estrutura do Passivo Exercício 2023





Evora

Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 446.244,98 € e de rendimentos no valor de 465.215,50 €. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 18.970,52 €, que se reflete do seguinte modo:

Quadro n.º 2
Demonstração de Resultados Executado

Execução 2023 Demonstração de Resultados Descrição	Gastos	Rendimentos
61 Custo das mercadorias vendidas	73 532,03	
62 Fornecimentos e serviços externos	65 834,16	
63 Gastos com pessoal	264 377,55	
64 Gastos de depreciação e amortização	25 593,88	
68 Outros gastos e perdas	16 240,76	
69 Gastos e perdas de financiamento	666,60	
72 Prestações de serviços		155 897,39
75 Subsídios, doações e legados à exploração		302 265,02
78 Outros rendimentos e ganhos		7 047,97
79 Juros, Dividendos e Outros Rendimentos		5,12
Totais	446 244,98	465 215,50
Resultado	18 970,52	

Quadro n.º 3
Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

Execução 2023 Demonstração de Resultados Descrição	Execução 2022	Orçamento 2023	Execução 2023	Varição Valor
Gastos e perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	62 177,03	61 003,24	73 532,03	12 528,79
62 Fornecimentos e serviços externos	86 811,69	73 609,63	65 834,16	-7 775,47
63 Gastos com pessoal	215 252,36	281 958,05	264 377,55	-17 580,50
64 Gastos de depreciação e amortização	11 186,67	10 664,75	25 593,88	14 929,13
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	23 260,70	10 024,61	16 240,76	6 216,15
69 Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	666,60	666,60
Totais Classe	398 688,45	437 260,28	446 244,98	8 984,70

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2023 foi de 437 260,28 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 8 984,70 euros.



Quadro n.º 4
Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

Execução 2023 Demonstração de Resultados Gastos	Execução		%	Orçamento 2023	Desvio 2023
	2022	2023			
61 Custo das mercadorias vendidas	62 177,03	73 532,03	16,48%	61 003,24	12 528,79
612 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 177,03	73 532,03	16,48%	61 003,24	12 528,79
6121 Matérias-primas	62 177,03	73 532,03	16,48%	61 003,24	12 528,79

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio positivo de 12 528,79 euros, isto é, ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 5
Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Execução 2023 Demonstração de Resultados Gastos	Execução		%	Orçamento 2023	Desvio 2023
	2022	2023			
62 Fornecimentos e serv. externos	86 811,69	65 834,16	14,75%	73 609,63	-7 775,47
621 Subcontratos	0,00	0,00		0,00	0,00
622 Serviços especializados	45 047,95	25 159,63	5,64%	36 112,76	-10 953,13
6221 Trabalhos especializados	33 701,59	12 963,01	2,90%	21 013,66	-8 050,65
6223 Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
6224 Honorários	254,66	2 117,48	0,47%	4 193,47	-2 075,99
6226 Conservação e reparação	10 143,70	7 844,50	1,76%	10 730,74	-2 886,24
6228 Outros	948,00	2 234,64	0,50%	174,89	2 059,75
623 Materiais	6 443,47	8 494,56	1,90%	5 936,59	2 557,97
6231 Ferram. e utens. desg. rápido	5 239,23	4 842,95	1,09%	4 237,02	605,93
6233 Material de escritório	966,43	3 314,44	0,74%	1 538,61	1 775,83
6234 Artigos para oferta	237,81	337,17	0,08%	160,96	176,21
6238 Outros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
624 Energia e fluidos	23 600,60	20 097,19	4,50%	19 455,06	642,13
6241 Eletricidade	4 587,56	4 779,31	1,07%	4 097,58	681,73
6242 Combustíveis	16 993,10	13 129,90	2,94%	13 553,80	-423,90
6243 Água	2 019,94	2 187,98	0,49%	1 803,68	384,30
625 Deslocações, Estadas e Transportes	6,10	310,01	0,07%	0,00	310,01
626 Serviços Diversos	11 713,57	11 772,77	2,64%	12 105,22	-332,45
6261 Rendas e Alugueres	1 071,59	1 372,68	0,31%	269,16	1 103,52
6262 Comunicação	907,54	878,85	0,20%	1 278,32	-399,47
6263 Seguros	2 359,28	4 813,07	1,08%	3 872,35	940,72
6265 Contencioso e Notariado	199,58	137,50	0,03%	144,68	-7,18
6267 Limpeza, Higiene e Conforto	6 990,39	4 570,67	1,02%	6 538,09	-1 967,42
6268 Outros serviços	185,19	0,00	0,00%	2,62	-2,62

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos ultrapassou o orçamentado em 7 775,47 euros.



Bnc 7
 - 1/25
 E. Neves

Quadro n.º 6
Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

Execução 2023 Demonstração de Resultados Gastos	Execução		%	Orçamento	Desvio
	2022	2023		2023	2023
63 Gastos com pessoal	215 252,36	264 377,55	59,24%	281 958,05	-17 580,50
632 Remunerações do pessoal	173 546,19	214 354,62	48,04%	227 976,30	-13 621,68
6321 Vencimento base	139 482,95	170 436,52	38,19%	183 251,52	-12 815,00
6322 Subsídio de férias / Subsídio de Natal	25 241,77	29 575,24	6,63%	29 855,78	-280,54
6323 Subsídio de refeição	0,00	0,00	0,00%	5 643,00	-5 643,00
6324 Subsídio de transporte	3 107,38	5 312,07	1,19%	0,00	5 312,07
6326 Diuturnidades	5 714,09	6 717,27	1,51%	8 820,00	-2 102,73
6328 Abono para falhas	0,00	0,00	0,00%	406,00	-406,00
6341 Indenização / rescisão contrato	0,00	2 313,52	0,52%	0,00	2 313,52
635 Encargos sobre remunerações	37 883,21	45 853,17	10,28%	48 703,17	-2 850,00
636 Seguros de acidentes de trabalho	3 822,46	4 169,76	0,93%	4 680,59	-510,83
638 Outros custos com pessoal	0,50	0,00	0,00%	597,998	-597,99

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 264 377,55 euros e um desvio negativo de 17 580,50 euros.

Quadro n.º 7
Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Execução 2023 Demonstração de Resultados Descrição	Execução		Execução	Variação
	2022	2023		2023
Rendimentos e Ganhos				
72 Prestações de serviços	152 0054,80	158 270,51	155 897,39	-2 373,12
75 Subsídios, doações e legados à exploração	262 612,35	275 917,34	302 265,02	26 347,68
76 Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	1 836,49	5 474,04	7 047,97	1 573,93
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	36,47	23,90	5,12	-18,78
Totais Classe	416 491,11	439 685,79	465 215,50	25 529,71

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2023 foi de 439.685,79 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 25.529,71 euros.

**Quadro n.º 8****Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)**

Execução 2023 Demonstração de Resultados Rendimentos	Execução 2022	Execução 2023	%	Orçamento 2023	Desvio 2023
71 Vendas	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
72 Prestações de serviços	152 0054,80	155 897,39	33,51%	158 270,51	-2 373,12
7251 Mensalidades - Centro de Dia	67 816,46	70 136,41	15,08%	82 693,69	-12 557,28
7252 Mensalidades - CATL	7 336,70	9 000,21	1,93%	8 512,24	487,97
7253 Mensalidades - SAD	57 807,21	67 554,15	14,52%	61 180,73	6 373,42
7254 Mensalidades - Ñ Protocolados	14 556,43	6 252,87	1,34%	3 286,03	2 966,84
722 Quotizações e Joias	4 489,00	2 953,75	0,63%	2 597,82	355,93

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 155 897,39 euros e um desvio negativo de 2 373,12 euros.

Quadro n.º 9**Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)**

Execução 2023 Demonstração de Resultados Rendimentos	Execução 2022	Execução 2023	%	Orçamento 2023	Desvio 2023
75 Subsídios, Doações e Legados à Exploração	262 612,35	302 265,02	64,97%	275 917,34	26 347,68
751 Subsídios Estado e outros Entes Públicos	193 170,16	207 583,33	44,62%	208 156,04	-572,71
7511 Segurança Social	189 092,09	192 057,19	41,28%	201 781,18	-9 723,99
7512 Programa Adaptar Social + / IEFP	3 182,07	15 526,14	3,34%	6 374,86	9 151,28
7513 IAPMEI	896,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
752 Subsídios de outras entidades	58 039,95	80 600,13	17,33%	60 000,00	20 600,13
7521 Freguesia de Brasfemes	44 590,25	68 970,00	14,83%	50 000,00	18 970,00
7522 Camara Municipal de Coimbra	13 449,70	11 630,13	2,50%	10 000,00	1 630,13
754 Donativos (Doações) e Heranças	11 402,24	14 081,56	3,03%	7 761,30	6 320,26
7541 Donativos	11 402,24	14 081,56	3,03%	7 761,30	6 320,26

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou acima do orçamentado em 26 347,68 euros.

Quadro n.º 10**Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)**

Execução 2023 Demonstração de Resultados Rendimentos	Execução 2022	Execução 2023	%	Orçamento 2023	Desvio 2023
78 Outros Rendimentos e Ganhos	1 836,49	7 047,97	1,51%	5 474,04	1 573,93
788 Outros	1 836,49	7 047,97	1,51%	5 474,04	1 573,93
7881 Correções exercícios anteriores			0,00%		0,00
7882 Desconto pronto pagamento	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
7883 Imputação subsídios	1 042,50	6 250,00	1,34%		6 250,00
7888 Outros não especificados	793,99	797,97	0,17%	5 474,04	-4 676,07

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos ultrapassou o orçamentado em 1.573,93 euros.



E. Neves

Evolução Previsível da Entidade

A evolução da atividade continua condicionada no curto prazo pelo conflito armado na Ucrânia. Para além das implicações adversas provenientes de qualquer evento deste género, nomeadamente humanas, as repercussões através dos mercados de matérias-primas, comércio, e canais financeiros foram elevadas. A Rússia e a Ucrânia assumem um papel importante no fornecimento de certas matérias-primas, tais como o gás natural e o petróleo no primeiro caso, e cereais e fertilizantes agrícolas, no segundo caso. A ofensiva na Ucrânia tem contribuído para o aumento dos preços da energia e dos alimentos, o que veio potenciar o crescimento generalizado dos preços junto dos consumidores e incentivar as pressões inflacionistas que se fazem sentir. O crescimento dos preços no consumidor tem um impacto direto no rendimento disponível das famílias, enquanto a incerteza provocada pela guerra provoca um efeito adverso sobre as decisões de investimento das empresas.

A persistência de uma elevada restritividade da política monetária global, a par de um quadro de forte incerteza no domínio geopolítico, deverá continuar a condicionar o desempenho da atividade económica. A persistência de uma política monetária restritiva em virtude da resiliência da atividade económica e de uma redução mais moderada do que o esperado dos níveis de inflação, devido a uma nova subida do preço do petróleo nos mercados internacionais deverá manter em alta a taxa de referência do Banco Central Europeu e da Reserva Federal dos Estados Unidos. Com o contributo negativo do consumo privado e do investimento, consequência do aumento dos custos de financiamento, a economia portuguesa entrou em estagnação, o que já obrigou o Banco de Portugal a rever em baixa a taxa de projeção do PIB para 2024, agora nos 1,5%.

Mesmo não sendo possível estimar, à presente data, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção para emissão em 13 de março de 2024.

Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Proposta de aplicação de resultados

O Centro de Bem Estar Social de Brasfemes apresentou um resultado líquido positivo no montante de 18.970,52 euros (dezoito mil novecentos e setenta euros e cinquenta e dois euros).

A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2023 seja mantido em resultados transitados.



Balanco Individual

Balanco em 31 de Dezembro RUBRICAS	Notas	Datas	
		2023	2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	782 941,54	285 768,86
Ativos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	7	3 650,70	3 650,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		786 592,24	289 419,56
Ativo Corrente			
Inventários	8	2 229,80	1 905,63
Créditos a receber	9	992 901,70	21 779,91
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	14	29 014,89	6 206,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	146,75	1 550,00
Diferimentos	10	3 059,38	1 248,49
Caixa e depósitos bancários	11	57 657,82	189 155,16
Subtotal		1 085 010,34	221 845,80
		1 871 602,58	511 265,36
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	215 302,80	215 302,80
Resultados transitados	2, 12	77 396,90	59 594,24
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1 261 079,66	155 614,46
Resultado Líquido do período		18 970,52	17 802,66
Total dos fundos patrimoniais		1 572 749,88	448 314,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	225 000,00	
Subtotal		225 000,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	13	10 472,25	14 943,70
Estado e outros Entes Públicos	14	5 762,61	4 172,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	15	16 000,00	
Diferimentos	10	2 357,16	4 336,42
Outros passivos correntes	16	39 260,68	39 498,82
Subtotal		73 852,70	62 951,20
Total do passivo		298 852,70	62 951,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 871 602,58	511 265,36



Demonstração individual de resultados por natureza

Período findo em 31 de Dezembro RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	17	155 897,39	152 005,80
Subsídios, doações e legados à exploração	17	302 265,02	262 612,35
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(73 532,03)	(62 177,03)
Fornecimentos e serviços externos	18	(65 834,16)	(86 811,69)
Gastos com o pessoal	19	(264 377,55)	(215 252,36)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	20	7 047,97	1 836,49
Outros gastos e perdas	21	(16 240,76)	(23 260,70)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		45 225,88	28 952,86
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(25 593,88)	(11 186,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 632,00	17 766,19
Juros e rendimentos similares obtidos	22	5,12	36,47
Juros e gastos similares suportados	22	(666,60)	
Resultados antes de impostos		18 970,52	17 802,66
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		18 970,52	17 802,66



Demonstração dos fluxos de caixa

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2023	2022
Período findo em 31 de Dezembro			
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		162 533,40	147 389,79
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(143 837,64)	(146 118,07)
Pagamentos ao pessoal		(264 301,78)	(212 880,70)
Caixa gerada pelas operações		(245 606,02)	(211 608,98)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		148 046,42	195 440,13
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(97 559,60)	(16 168,85)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(521 899,41)	(104 582,23)
Ativos intangíveis			(6,15)
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		246 961,67	23.957,50
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(274 937,74)	(80.630,88)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		241 000,00	
Realizações de fundos			(1.001,00)
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		241 000,00	(1.001,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(131 497,34)	(97.800,73)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	189 155,16	286.955,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	57 657,82	189.155,16



1. Identificação da Entidade

O Centro de Bem Estar Social de Brasfemes é uma instituição particular de solidariedade social com sede na Freguesia de Brasfemes, Concelho de Coimbra, Distrito de Coimbra. Esta Instituição presta , relevantes e continuados serviços à comunidade onde se insere através da dinamização de um ATL e de um Centro de Dia com prestação de Serviço de Apoio Domiciliário.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras do período de 2023 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Com base na informação disponível e



as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “Edifícios e outras construções”, os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “Edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.



3.2.2. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um “Ativo intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este Ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

As dívidas de “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como



Ativos não Correntes.

3.2.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.7. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo anexo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência só se confirmará pela ocorrência, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.9. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o despectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência



contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o CEBES cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço como componente do capital próprio, líquidos do imposto a pagar, nos termos da nota de enquadramento da conta "593 – Subsídios", sendo imputados a rendimentos do período na proporção das depreciações dos ativos subsidiados, efetuadas em cada período. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a reconhecer na rubrica de "ajustamentos em subsídios", por crédito de uma sub-rubrica de "outros devedores e credores"). Assim, em cada um dos períodos em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

No caso de subsídios relacionados com ativos não depreciáveis, estes são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.13. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.15. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.2.16. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3 400,00	-	-	-	-	3 400,00
Edifícios e outras construções	196 846,28	-	-	-	-	196 846,28
Equipamento básico	68 904,85	16 057,65	-	-	-	84 962,50
Equipamento de transporte	142 433,44	-	-	-	-	142 433,44
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	38 798,44	-	-	-	-	38 798,44
Outros Ativos fixos tangíveis	3 608,13	-	-	-	-	3 608,13
Investimentos em curso	100 661,33	506 708,91	-	-	-	607 370,24
Total	554 652,47	522 766,56				1 077 419,03
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	82 373,84	4 415,01	-	-	-	86 788,85
Equipamento básico	64 044,65	3 843,38	-	-	-	67 888,03
Equipamento de transporte	80 829,95	16 852,30	-	-	-	97 682,25
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	38 027,04	483,19	-	-	-	38 510,23
Outros Ativos fixos tangíveis	3 608,13	-	-	-	-	3 608,13
Total	268 883,61	25 593,88				294 477,49

	Saldo em	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.400,00	-	-	-	-	3.400,00
Edifícios e outras construções	191.415,83	5.430,45	-	-	-	196.846,28
Equipamento básico	67.736,35	1.168,50	-	-	-	68.904,85
Equipamento de transporte	81.780,05	60.653,39	-	-	-	142.433,44
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	38.798,44	-	-	-	-	38.798,44
Outros Ativos fixos tangíveis	3.608,13	-	-	-	-	3.608,13
Investimentos em curso	63.331,44	37.329,89	-	-	-	100.661,33
Total	450.070,24	104.582,23				554.652,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	77.958,83	4.415,01	-	-	-	82.373,84
Equipamento básico	62.208,46	1.836,19	-	-	-	64.044,65
Equipamento de transporte	78.402,16	4.155,81	(1.688,02)	-	-	80.829,95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	37.207,38	819,66	-	-	-	38.027,04
Outros Ativos fixos tangíveis	3.608,13	-	-	-	-	3.608,13
Total	259.384,96	11.186,67	(1.688,02)			268.883,61



6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Godwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Godwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59



7. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Investimentos financeiros” apresentava os seguintes valores :

Descrição	2023	2024
Outros investimentos financeiros	3 650,70	3 650,70
Fundo de compensação do Trabalho	85,97	89,97
Fundo de reestruturação do setor solidário	1 564,73	1 564,73
CCAM	2 000,00	2 000,00
Total	3 650,70	3 650,70

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores :

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 350,04	62 732,62	-	1 905,63	73 856,20	-	2 229,80
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	1 350,04	62 732,62	-	1 950,63	73 856,20	-	2 229,80
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				62 177,03			73 532,03
Variações nos inventários da produção				-			-

9. Créditos a receber

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c	-	-
Cientes	-	-
Utentes	12 865,30	12 453,34
Total	12 865,30	12 453,34
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Outros Créditos a Receber	106 060,87	-
Outros devedores e credores	932 486,33	9 326,57
Skillent, Lda	1 722,00	1 722,00
PRR Mobilidade Verde	7 500,00	7 500,00
Candidatura ERPI	923 264,33	-
Outros	-	104,57
Total	1 051 412,50	21 779,91

Descrição	2023	2022
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	146,75	1 550,00
Total	146,75	1 550,00



10. Diferimentos

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	3 059,38	1 248,49
Outros	-	-
Total	3 059,38	1 248,49
Rendimentos a reconhecer		
Autarquia Protocolo Escolar	-	-
Candidatura ERPI	-	-
Rendimentos a reconhecer - Seg. Social	2 357,16	4 336,42
Total	2 357,16	4 336,42

11. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Caixa	1 582,99	988,20
Depósitos à ordem	56 074,83	63 166,96
Depósitos a prazo	-	125 000,00
Outros	-	-
Total	57 657,82	189 155,16

12. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	215.302,80	-	-	215.302,80
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	59.594,24	17 802,66	-	77 396,90
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	155.614,46	1 111 715,20	(6 250,00)	1 261 079,66
Total	430.511,50	1 129 517,86	(6 250,00)	1 553 779,36

13. Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	10 472,25	14 943,70
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	10 472,25	14 943,70



14. Estado e outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (Reembolso IVA)	29 014,89	6 206,61
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	29 014,89	6 206,61
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (Reembolso IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	396,99	404,57
Segurança Social	5 297,87	3 713,90
Outros Impostos e Taxas	67,75	53,79
Total	5 762,61	4.172,26

15. Financiamentos obtidos

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	225 000,00	225 000,00	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	16 000,00	-	16 000,00	-	-	-
Contas bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	16 000,00	225 000,00	241 000,00	-	-	-

16. Outros passivos correntes

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	32 980,44	-	33.504,90
Remunerações a liquidar	-	32 883,97	-	32.808,20
Outros acréscimos	-	96,47	-	696,70
Outros credores	-	6 280,24	-	5.993,92
Outros credores	-	6 280,24	-	5.993,92
Total	-	39 260,68	-	39.498,82



17. Réditos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	155 897,39	152 005,80
Quotizações e Jóias	2 953,75	4 489,00
Mensalidades	152 943,64	147 516,80
Centro de Dia	70 136,41	67 816,46
Apoio domiciliário	67 554,15	57 807,21
CATL	8 135,77	7 336,70
SNP Apoio Sócios	7 117,31	14 556,43
Total	155 897,39	166 562,23

Descrição	2023	2022
Subsídios, doações e legados à exploração	302 265,02	262.612,35
Segurança Social	192 057,19	189.092,09
IEFP	15 526,14	3.182,07
IAPMEI	-	896,00
Camara Municipal de Coimbra	11 630,13	13.449,70
Junta de Freguesia de Brasfemes	68 970,00	44.590,25
Donativos	14 081,56	11.402,24
Total	302 265,02	262.612,35

18. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	25 159,63	45.047,95
Materiais	8 494,56	6.443,47
Energia e fluidos	20 097,19	23.600,60
Deslocações, estadas e transportes	310,01	6,10
Serviços diversos	11 772,77	11.713,57
Rendas e alugueres	1 372,68	1.071,59
Comunicação	878,85	907,54
Seguros	4 813,07	2.359,28
Contencioso e notariado	137,50	199,58
Limpeza, higiene e conforto	4 570,67	6.990,39
Outros serviços		185,19
Total	65 834,16	86 811,69



19. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	212 041,10	173.546,19
Benefícios Pós-emprego	-	-
Indemnizações	2 313,02	-
Encargos sobre remunerações	45 853,17	37.883,21
Seguros de acidente no trabalho e doenças profissionais	4 169,76	3.822,46
Outros gastos com pessoal	0,50	0,50
Total	264 377,55	215.252,36

20. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,11
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	7 047,97	1.836,38
Total	7 047,97	1.836,49

21. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	165,05	1 957,61
Descontos de pronto pagamento	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	188,02
Outros gastos e perdas	16 075,71	21 115,07
Total	16 240,76	23 260,70



22. Resultados financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	666,60	-
Total	666,60	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5,12	36,47
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	5,12	36,47
Resultados financeiros	(661,48)	36,47

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

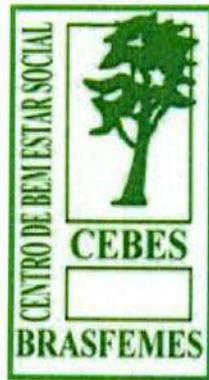
A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY